



Assembleia de Freguesia

ATA Nº 4

----- Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na sequência do ato eleitoral que teve lugar no dia vinte e nove de setembro de dois mil e treze, realizou-se a primeira reunião ordinária da Assembleia de Freguesia, na sala de reuniões, sita Rua Dr. Francisco Mendes de Brito, número cinco - Entroncamento, sob a presidência de Joaquim Manuel Horta Alfaiate, que declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto Um** – *Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, para o quadriénio dois mil e treze, dois mil e dezassete;* -----

----- **Ponto Dois** – *Apreciação e votação da Proposta de Revisão Orçamental;* -----

----- **Ponto Três** – *Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e catorze;* -----

----- **Ponto Quatro** – *Apreciação e votação da Alteração do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças, para o ano de dois mil e catorze;* -----

----- **Ponto Cinco** – *Apreciação do Mapa de Pessoal para dois mil e catorze;* -----

----- **Ponto Seis** – *Apreciação e votação do Contrato de Delegação de Competências e Acordo de Execução entre a Câmara Municipal do Entroncamento e a Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima;* -----

----- **Ponto Sete** – *Apreciação e votação à Alteração da Celebração da Data de Aniversário da Freguesia;* -----

----- **Ponto Oito** – *Instituição Bancária Zona Norte, Balcão de Atendimento;* -----

----- **Ponto Nove** – *Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda, referente à reparação da Rua do Chafariz;* -----

----- **Ponto Dez** – *Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima.* -----

----- À hora da abertura dos trabalhos encontravam-se presentes todos os membros da Assembleia de Freguesia: -----

- Joaquim Manuel Horta Alfaiate - Presidente -----
- Lina Maria dos Santos Prates - 1ª Secretária -----
- Tiago Nuno Capelão Garcia – 2º Secretário -----
- Manuel Pereira Bilreiro -----
- Carlos Alberto Alves da Silva -----



- Dália Maria Felício Seixas Rainho -----
- Pedro Miguel Carvalho Lúfs -----
- Felisbela de Jesus Costelas Rodrigues Rolhas -----
- João Carlos Rosa Pedro -----
- Pedro Miguel da Silva Santos -----
- Manuel Augusto Pereira Gonçalves -----
- Maria Miguel Rosado Casa Branca -----
- Marco António Duarte Vieira -----

O Presidente da Assembleia deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, tendo agradecido a presença de alguns membros da Assembleia Municipal, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, membros da Assembleia de Freguesia, Senhor Presidente da Junta de Freguesia e público em geral. -----

Após os cumprimentos, o Presidente informou que segundo a Lei e conforme o Regimento da Assembleia de Freguesia, iria colocar à disposição um período para a intervenção do público, informando que se dispunha de quarenta e cinco minutos para a sua participação, bastando para tal que efetuasse a inscrição. -----

Por não ter havido interessados em participar, o Presidente passou de imediato ao período antes da Ordem do Dia. -----

O Presidente informou os presentes que tinha sido entregue na mesa uma proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, solicitando ao seu porta-voz, que lesse a referida proposta e solicitava ainda que a mesma, fosse entregue uma cópia a todas as bancadas para que os elementos presentes acompanhassem a leitura. -----

O elemento do Bloco de Esquerda, na pessoa de Pedro Santos, iniciou a leitura da Proposta de Recomendação, a qual se passou a descrever: -----

----- *Recomendação.* -----

A Rua do Chafariz é uma via relativamente importante na nossa Freguesia, com muito tráfego, portanto permite aceder, cruzar ou sair de uma zona residencial populosa. Além disto, nessa Rua existe uma creche e uma clínica de Hemodiálise. -----

Apesar de ser muito perigosa, a entrada da Rua do Chafariz pela Rua do Casal do Grilo tem dois sentidos de tráfego. -----

Os problemas de circulação e de segurança ainda se agravam mais em resultado da grande degradação do pavimento, num dos troços intermédios. Ai, são frequentes os cruzamentos de risco entre viaturas, com alguns a procurarem escapar às zonas mais degradadas do piso. -----



Urge aumentar a segurança e a comodidade de quem circula de automóvel ou por aí se desloca a pé. -----

Os representantes do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia, - manifestam a sua preocupação pelas precárias condições de segurança em que se processa o trânsito automóvel na Rua do Chafariz, colocando também em risco a integridade física dos peões; -----

- recomendam à Junta de Freguesia que interceda junto da Câmara Municipal, no sentido de esta: -----

- reparar urgentemente o pavimento da Rua do Chafariz, em especial nas zonas em que este se apresenta mais degradado; -----

- estabelecer um sentido único de circulação automóvel, no troço entre a Rua Arnaldo da Silva e a Rua do Casal do Grilo, afigurando-se como mais favorável a opção pelo sentido oeste – leste. -----

O Presidente da Assembleia questionou os presentes se havia algum elemento que pretendesse manifestar a sua opinião sobre a Proposta de Recomendação apresentada, não tendo havido manifesto interesse. -----

O Presidente da Assembleia deu a conhecer aos presentes ter recebido um ofício do Presidente da Junta de Freguesia, o qual se destinava a ser enviado ao Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, pelo que solicitou à primeira secretária que o lesse. -----

A primeira secretária da Assembleia de Freguesia, na pessoa de Lina Prates, iniciou a leitura do referido documento, o qual se passou a descrever: -----

----- Exmo. Concelho de Gerência da Caixa Geral de Depósitos-----

----- Avenida João XXI, n.º 63-----

----- 1000-300 Lisboa-----

----- Assunto; Balcão de Atendimento/Equipamento Multibanco. -----

-Constatamos com grande consternação que o balcão de atendimento bancário CGD foi deslocalizado para fora desta Freguesia Nossa Senhora de Fátima, encontrando-se num local com dificuldades de estacionamento. Dado que deixaram também de existir, nesta Freguesia, vários equipamentos de Multibanco a população local encontra-se substancialmente prejudicada.-----

Face a esta situação os moradores desta Freguesia têm vindo a manifestar o seu descontentamento devido aos transtornos causados, sobretudo pelo facto da inviabilidade de poderem beneficiar desses serviços. É de referir que apenas existe um Multibanco



exterior que não se encontra numa zona central, nem é de fácil acesso para os utilizadores e outros dois, que apresentam as desvantagens já referidas e localizados dentro de duas superfícies comerciais (que quando encerram deixam de se poder utilizar) considerados manifestamente insuficientes.-----

Na nossa Freguesia habitam cerca de 15000 moradores, dos quais 10320 são eleitores devidamente recenseados. Existem quatro estabelecimentos de ensino Público (Jardim de Infância Sofia de Melo Breyner, Escola das Tílias, Escolas EB n.º 2 e Escola Secundária) com 1618 alunos, 136 docentes e 67 Assistentes Técnicos/Operacionais.-----

Da população residente, muitos deles têm idades avançadas, e dificuldades em se deslocarem pelos seus próprios meios, acrescido do facto de que os transportes urbanos (TURE) nem sempre, resolvem esta situação.-----

É de salientar que se localizam nesta Freguesia Serviços e Instituições de grande afluência populacional, tais como: Centro de Saúde, Lar Fernando Eiró, Lar da Stª Casa da Misericórdia e Lar dos Ferroviários, Hotel D. João, Universidade Sénior, Segurança Social, Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Escolas e Jardins de Infância, o Complexo Desportivo, Estabelecimentos Comerciais, Restaurantes, a Zona Industrial entre outros, o que em nosso entender justifica claramente a pertinência dos serviços de atendimento bancário na nossa Freguesia.-----

Face ao exposto, nesta Freguesia encontra-se disponível para colaborar e, conjuntamente, encontrar uma solução de forma a colmatar esta lacuna, nomeadamente, a reposição do balcão de atendimento da Caixa Geral de Depósitos, considerando a inexistência de qualquer outra Agência Bancária, fator de extrema importância para a população residente e dos concelhos vizinhos.-----

Certos da colaboração de V.Exa, encontramos-nos disponíveis para os procedimentos considerados necessários para a resolução da referida situação.-----

Com os melhores cumprimentos, Ezequiel Soares Estrada, com data de 13/12/2013.-----

Após a leitura do documento, o Presidente da Assembleia de Freguesia, questionou o Presidente da Junta de Freguesia, se o mesmo gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o assunto exposto.-----

Tendo havido interesse por parte do Presidente da Junta de Freguesia de se manifestar, o Presidente deu a palavra a Ezequiel Estrada. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, tomou a palavra informando, que o ofício apresentado, tinha um seguimento, de um assunto tratado entre o Presidente da Junta de Freguesia e o Gerente da Caixa Geral de Depósitos do Entrancamento, onde se tinha verificado a



necessidade, de se efetuar uma exposição das necessidades locais, a um Órgão Superior, como era o caso, do Conselho de Administração da entidade bancária representada no Concelho e que só na zona Norte contava com cerca de quatro mil contas, criadas aquando da criação do balcão na Freguesia Nossa Senhora de Fátima, informou ainda que o balcão não se encontrava extinto mas sim deslocalizado para a sede, na Rua 5 de Outubro, do mesmo Concelho. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, terminou a sua intervenção, lamentando que, uma Freguesia que tem cerca de quinze mil habitantes, não tenha um serviço de atendimento bancário condigno, existindo apenas uma caixa multibanco em espaço aberto e outras caixas multibanco em superfícies comerciais, apenas abertas em horário de funcionamento do mesmo. -----

O Presidente da Assembleia, tomou a palavra dizendo que em virtude de o ofício a ser enviado, ter como conhecimento à Assembleia de Freguesia, o mesmo colocou aos elementos a possibilidade de o referido documento poder ser inserido no período da Ordem de Trabalhos, para possível discussão e aprovação. -----

Tendo colocado à votação, a introdução no Ponto da Ordem de Trabalhos, o ofício denominado, Balcão de Atendimento, Caixa Multibanco. -----

Após a votação o Presidente, informou ter sido aprovado por unanimidade a introdução no Ponto Oito da Ordem de Trabalhos, o ofício com o assunto denominado Balcão de Atendimento, Caixa Multibanco. -----

O Presidente da Assembleia questionou os presentes, ainda no período antes da Ordem do Dia, se havia algum elemento que se quisesse expressar. -----

O Presidente deu a palavra ao elemento do Bloco de Esquerda, na pessoa de Dália Rainho. Bancada do Bloco de Esquerda, Dália Rainho, tomou a palavra solicitando um esclarecimento sobre qual o critério referente ao ofício apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia ter sido introduzido na Ordem de Trabalhos e a Proposta de Recomendação não ter sido introduzida para que a mesma pudesse ser discutida. -----

O Presidente da Assembleia informou, que sendo uma Proposta de Recomendação, a mesma é apenas apresentada e não poderá ser introduzida na Ordem de Trabalhos nem ser votada, tendo o mesmo questionado os presentes em devido tempo, se os elementos pretendiam discutir a Proposta apresentada, não tendo obtido qualquer atenção por parte dos presentes. No entanto caso se tratasse de uma Proposta de Deliberação, a mesma teria de ser introduzida no Ponto da Ordem de Trabalhos, ser analisada, discutida e votada. -----



O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, o qual iniciou a sua intervenção esclarecendo que, uma recomendação, serviria como um alerta para situações de interesse comum da população, tendo o mesmo registado tal intenção por parte do Bloco de Esquerda, cabendo ao Órgão Executivo, na sua pessoa como Presidente levar ao conhecimento da Câmara Municipal as sugestões ou indicações apresentadas em sede de Assembleia. A Proposta de Recomendação, como o próprio nome indica, serve apenas de informação, não havendo para tal, necessidade de ser votada, considerando-se de imediato como um assunto de interesse a ser levado ao organismo competente, solicitando assim a sua possível intervenção. -----

A pedido do elemento Carlos Silva do Partido Social Democrata, o Presidente deu-lhe a palavra, tendo o mesmo dito que, a Recomendação deveria ser aprovada ou não pela Assembleia de Freguesia para que a mesma fosse uma Recomendação da Assembleia e não uma Recomendação apenas do Bloco de Esquerda. O mesmo adiantou que qualquer Recomendação que não seja discutida, deixa de ter eficácia; para que a mesma tenha eficácia terá de ser analisada, discutida e votada. Em sua opinião, sendo uma Recomendação da Assembleia de Freguesia, a Junta de Freguesia, não tem de se pronunciar sobre a mesma, seja a favor ou contra a Recomendação apresentada, competindo à Junta de Freguesia fazer seguir os trâmites legais. Terminou a sua intervenção solicitando que a Proposta de Recomendação fosse analisada, discutida e votada no período antes da Ordem do Dia. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, tendo o mesmo informado que, segundo a Lei, as Propostas de Recomendação não podem ser votadas, no entanto e frisando o que estava escrito no documento, o mesmo era dirigido à Junta de Freguesia onde recomendava que esse órgão interviesse junto da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Junta de Freguesia disse ainda que se os elementos da Assembleia quisessem dar outro vínculo ao documento, teriam de alterar o documento de Proposta de Recomendação para Proposta de Deliberação, sendo então votada a sua introdução no ponto da Ordem de Trabalhos. -----

A pedido, do elemento do Bloco de Esquerda, na pessoa de Dália Rainho, a mesma pediu algum tempo para que a Proposta pudesse ser alterada, passando a ser uma Proposta de Deliberação. -----



O Presidente da Assembleia concedeu dez minutos, aos elementos do Bloco de Esquerda, para que os mesmos pudessem alterar o documento, salientando que ainda se encontravam dentro do tempo regulamentar. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao elemento da bancada do Partido Socialista, na pessoa de Maria Miguel. -----

Bancada do Partido Socialista, Maria Miguel, aproveitou a oportunidade para cumprimentar os presentes e em nome da sua bancada, fazer uma saudação a todos os presentes, em especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, Ezequiel Estrada, cumprimentando os elementos da mesa, o Presidente da Assembleia de Freguesia, Joaquim Alfaiate, saudar as restantes bancadas, colegas, Comunicação Social, digníssimo público, desejando as boas-vindas e fazendo votos que a sessão seja profícua para o bem da Freguesia. -----

O Presidente da Assembleia agradeceu e questionou os elementos do Bloco de Esquerda, se já tinham efetuado a alteração ao documento, para que o mesmo pudesse ser colocado à votação e assim, a introdução no ponto da Ordem de Trabalhos. -----

O elemento do Bloco de Esquerda, na pessoa de Pedro Santos, agradeceu o tempo dispensado para a alteração à Proposta inicial, passando assim, a Proposta de Deliberação, o qual passou a ler o documento com as alterações necessárias. -----

----- *Proposta de Deliberação.* -----

A Rua do Chafariz é uma via relativamente importante da nossa Freguesia, com muito tráfego, portanto permite aceder, cruzar ou sair de uma zona residencial populosa. Além disto, nessa Rua existe uma creche e também uma clínica de Hemodiálise. -----

Apesar de ser muito perigosa, a entrada da Rua do Chafariz pela Rua do Casal do Grilo tem dois sentidos de tráfego. -----

Os problemas de circulação e de segurança ainda se agravam mais em resultado da grande degradação do pavimento, num dos troços intermédios. Aí, são frequentes os cruzamentos de risco entre viaturas, com alguns a procurarem escapar às zonas mais degradadas do piso. -----

Urge aumentar a segurança e a comodidade de quem circula de automóvel ou por aí se desloca a pé. -----

Os representantes do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia, - manifestam a sua preocupação pelas precárias condições de segurança em que se processa o trânsito automóvel na Rua do Chafariz, colocando também em risco a integridade física dos peões; -----



- *Propõe-se à assembleia de Freguesia que esta proposta seja avaliada nesta reunião de Assembleia, que seja votada, e que a Junta de Freguesia interceda junto da Câmara Municipal, no sentido de esta:* -----

- *reparar urgentemente o pavimento da Rua do Chafariz, em especial nas zonas em que este se apresenta mais degradado;* -----

- *estabelecer um sentido único de circulação automóvel, no troço entre a Rua Arnaldo da Silva e a Rua do Casal do Grilo, afigurando-se como mais favorável a opção pelo sentido oeste – leste.* -----

O Presidente da Assembleia aceitou a Proposta de Deliberação na mesa, colocando de imediato aos presentes a votação da mesma como ponto de Ordem de Trabalhos. -----

----- Bancada do Partido Socialista, na pessoa de Manuel Gonçalves, o mesmo declarou nada ter acrescentar. -----

----- Bancada do Partido Social Democrata, na pessoa de Manuel Bilreiro, acrescentou que no passado, tinha sido um caso levado à Câmara Municipal, tendo a mesma se limitado a colocar “tuvenam” continuando a existir problemas a quem vive nessa rua, bem como quem lá passa, em especial na época das chuvas. O mesmo admitindo estar de acordo com a preocupação do Bloco de Esquerda sendo sua intenção votar favoravelmente. -----

----- Bancada da Coligação Democrata Unitária, na pessoa de Marco Vieira, o qual disse nada ter a acrescentar. -----

Após a intervenção de todos os elementos, o Presidente da Assembleia colocou à votação a introdução da Proposta de Deliberação no Ponto Nove da Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia, passando para o período da Ordem de Trabalhos. -----

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos passou-se de imediato ao primeiro ponto: -----

----- **Ponto Um:** Apreciação e Aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, para o quadriénio dois mil e treze, dois mil e dezassete. -----

O Presidente deu a palavra ao elemento da bancada do Partido Socialista. -----

----- Bancada do Partido Socialista, na pessoa de Manuel Gonçalves. O mesmo tomou a palavra dizendo que o Regimento que estava em causa foi facultado às bancadas presentes, para que os mesmos, se pudessem manifestar com a introdução de alguma sugestão e de acordo com a Lei, poder ser complementado, não tendo havido por parte dos elementos das diferentes bancadas nada a acrescentar. -----



----- Bancada do Partido Social Democrata, na pessoa de Carlos Silva, informou que em virtude de ter havido uma reunião conjunta, para o conhecimento da elaboração do Regimento e posto em prática as introduções que acharam por conveniente em conjunto, o mesmo apenas gostaria de sugerir, que o referido documento passasse a ser impresso utilizando as duas faces da folha, em termos de economia de papel e a segunda sugestão prendia com os arranjos gráficos, pois o mesmo considerou que após essas pequenas correções gráficas, o documento iria ficar com melhor apresentação e com menos folhas, havendo assim uma economia considerável. -----

O Presidente da Assembleia, agradeceu a sugestão apresentada, dizendo que de futuro iria tomar em consideração a sugestão apresentada até mesmo para outros documentos. -----

----- Bancada do Bloco de Esquerda, na pessoa de Dália Rainho, a qual usando as palavras do colega da bancada do Partido Social Democrata, disse não ter mais nada a acrescentar. -

----- Bancada da Coligação Democrática Unitária, na pessoa de Marco Vieira, o qual disse não ter nada a acrescentar. -----

O Presidente da Assembleia tendo dado por encerrada a discussão do Ponto Um, passou de imediato à votação do referido ponto, tendo obtido a aprovação por unanimidade. -----

----- **Ponto dois:** Apreciação e votação da Proposta da segunda Revisão Orçamental. -----

O Presidente da Assembleia, pediu ao Presidente da Junta de Freguesia que tomasse a palavra e prestasse algumas considerações referente à Revisão apresentada. -----

----- O Presidente Ezequiel Estrada, tomou a palavra dizendo que houve a necessidade de integrar as verbas na rúbrica da receita, relacionada com os trabalhadores ao abrigo dos programas CEI, pelo Centro de Emprego, tendo dito ainda que estaria disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

Referindo-se ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente deu a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária. -----

----- Bancada da Coligação Democrática Unitária, na pessoa de Marco Vieira, tomou a palavra dizendo nada ter a acrescentar. -----

----- Bancada do Partido Socialista, na pessoa de Pedro Luís, que informou os membros da Assembleia que a Revisão tinha como objetivo reforçar as verbas na Receita a fim de se transitar o ano dois mil e treze para dois mil e catorze com saldo positivo. -----

----- Bancada do Partido Social Democrata na pessoa de Manuel Bilreiro, que iniciou a sua intervenção colocando a questão, se a Câmara Municipal tinha continuado a efetuar as transferências referentes aos pagamentos dos trabalhadores e inseridos no Protocolo Delegação de Competências. -----



O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. -----
Tomando a palavra o Presidente da Junta de Freguesia confirmou que efetivamente a Câmara Municipal continuava a transferir as verbas conforme o acordo contratual. -----
----- Bancada do Bloco de Esquerda, na pessoa de Dália Rainho que tomando a palavra, referiu-se ao ponto 3 do artigo 5º do Direito de Oposição, da Lei 24/98 de 26 de maio, o qual passou a citar: “ *Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes dos Órgãos Executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, tem o direito de ser ouvidos, sobre as propostas dos respetivos orçamentos e plano de atividade*”. Como tal, não tinha sido cumprido, o que estava disposto no direito de oposição que obriga à consulta prévia dos partidos, antes da elaboração dos documentos nomeadamente o orçamento e plano de atividades. Frisou ainda que os elementos do Bloco de Esquerda com representatividade na Assembleia de Freguesia iriam exercer o Direito de Oposição, e em situações futuras os mesmos apelavam para que fosse cumprida a Lei 24/98 de 26 de maio e consultados os partidos para a elaboração de Propostas. -----
Continuando no uso da palavra, Dália Rainho e referindo-se ao documento em apreço, consideravam, que a introdução ao orçamento para dois mil e catorze deveria definir com clareza quais as prioridades adotadas assim como as opções políticas subjacentes. Em sua opinião o Plano de Orçamento não satisfazia o princípio da correta especificação, existindo algumas alíneas que não clarificavam devidamente a sua execução. -----
O Presidente da Assembleia, interrompeu o elemento da Bancada do Bloco de Esquerda informando que no exato momento estaria a ser discutido o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação da segunda Revisão do Orçamento e não o Ponto Três, podendo a mesma se expressar, quando fosse abordado o referido ponto. -----
Após à apreciação do Ponto Dois, o Presidente colocou o documento à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----
----- **Ponto três:** **Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano dois mil e catorze.** -----
----- Bancada do Bloco de Esquerda, na pessoa de Dália Rainho, retomando a palavra e referindo-se ao Plano de Orçamento o mesmo não satisfazia o princípio da correta especificação, existindo algumas alíneas que não clarificavam a sua execução, quanto às receitas e despesas previstas. Dando como exemplo, a inscrição no orçamento com rubricas identificadas como “*Outras ou diversas*”, considerando os mesmos, uma



designação demasiadamente vaga para um documento que dever-se-ia revestir de maior rigor e transparência. Referiu-se ainda à página nove, à rúbrica da despesa, “ *Associações Entidades sem fins lucrativos*” a mesma não exemplificava quais são as entidades a que se destinavam e para que fins. Sugeriu ainda, que para a elaboração do Orçamento, o mesmo fosse o adotado pela Câmara Municipal, o qual é mais explícito nas referidas matérias. Para terminar, a mesma acrescentou, que apesar da Junta de Freguesia não ser obrigada a apresentar um Plano de Atividades e Investimentos, gostariam os mesmos que fosse melhor clarificado as Opções do Plano para os próximos anos, tendo os mesmos registado e lamentado a pouca dotação orçamental existente proveniente do Orçamento de Estado através do Fundo Financiamento das Freguesias, o qual tinha sido diminuto, na ordem de cento e três mil, novecentos e tinta e dois euros. -----

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para uma explicação referente ao Ponto em apreciação. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, iniciou a sua intervenção dizendo, que o Orçamento foi elaborado com o maior rigor e que o tempo tinha sido muito pouco, em virtude de os mesmos terem tomado posse em outubro, no entanto e referindo-se às rúbricas colocadas em causa pelo elemento do Bloco de Esquerda, o mesmo informou que segundo a nova Lei das Autarquias Locais, a Lei 75/2013 de 12 de setembro, a mesma atribuíria novas competências às Freguesias por delegação dos Municípios, como era o caso da entrada de receita do IMI. O caso de existirem rúbricas abertas com identificação de “*Outras ou diversos*” é pelo facto de ser permitido por Lei, essa identificação com a finalidade de poder ser dotada de verbas, como era o caso, que passou a exemplificar, no final do ano, o vendedor da máquina Vending, existente na sede de Freguesia, para servir águas e cafés participou para despesas com uma determinada verba. Nesse sentido era necessário introduzir o valor doado em termos percentuais pela receita recebida, no valor de cento e vinte euros, dez por cento do consumo total, a qual se destinava a ajudar nas despesas de consumo de energia, o que nunca tinha acontecido anteriormente. Tendo sido uma receita extraordinária e não havendo uma rúbrica específica, poderia ser dotada no orçamento em “*Outras*”. Referindo-se às transferências do Orçamento de Estado, através do FFF, como era do conhecimento de todos os elementos da Assembleia, devido aos cortes Orçamentais provenientes do Estado e devido à conjuntura atual do País, todos os Organismos foram afetados, sendo as Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e outros Organismos do Estado que dependem das transferências. Cabe ao Executivo adaptar o Orçamento dentro



das possibilidades e executá-las de acordo com o ajustamento à realidade e necessidades da Freguesia. -----

----- Bancada do Partido Social Democrata, na pessoa de Manuel Bilreiro, tomando a palavra disse ter analisado o Orçamento e comparativamente ao ano anterior era o mesmo mais pobre, em virtude de haver menos atribuição de receita, também não havia verbas transferidas do Município, como exemplo de anos anteriores, os quais se tinham destinado à Habitação Social. Questionou apenas, a que se referia a rubrica “*Construções diversas*” dotada de uma verba de onze mil e cinquenta euros. Continuando a sua intervenção colocou uma segunda pergunta, que se prendia com a Conferência de São Vicente Paulo, em virtude de anteriormente lhes ter sido entregue uma verba mensal para apoiar a referida Conferência, questionou se iriam deixar de apoiar a mesma. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, solicitando que o mesmo pudesse responder às questões levantadas pela Bancada do Partido Social Democrata. -----

O Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra dizendo que quanto à requalificação da Habitação Social, o mesmo nunca tinha concordado com os moldes em que a mesma se encontrava a funcionar, disse ser sua intenção estar disponível para colaborar com a Câmara Municipal, mas nunca com os moldes anteriormente contratados. No entanto e como refere na Informação Escrita do Presidente, o mesmo disse, que se dispôs a efetuar em termos de Habitação Social, foi concluir algumas situações de reparações anteriormente solicitadas e que se encontravam pendentes, embora já não houvesse verba por transferência do Município, tendo o Protocolo se extinguido com o final do mandato anterior. Informou ainda que era sua intenção, dar continuidade às obras iniciadas na Capela do Cemitério, mesmo que com verbas do Orçamento da Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Junta de Freguesia pretendeu salientar, que era sua preocupação, o Bairro da Habitação Social e que estaria disponível para juntamente com a Câmara Municipal encontrar soluções, através de protocolos que pudessem ir ao encontro de preservar o património existente na Freguesia, no entanto, os resultados terão de ser positivos e manter no espaço os residentes que pretendam preservar os espaços requalificados. -----

Continuou no uso da palavra, respondendo à questão dos onze mil e cinquenta euros inscritos, os mesmos irão servir para algumas reparações, como foi o caso apresentado na Informação Escrita do Presidente, referente ao Largo 24 de Novembro, um espaço que estava ao abandono e decadente, juntamente com a Câmara Municipal, que colaborou com a mão-de-obra, tendo melhorado significativamente o aspeto do referido Largo, com pouco



dispêndio de verbas por parte da Junta de Freguesia. Como essa beneficiação, era sua intenção reparar outros espaços, que estejam abandonados ou que estejam em condições que coloquem em risco a integridade física das pessoas. Um dos pontos já sinalizados será o ringue e o espaço envolvente, que se situa em frente ao Bairro Frederico Ulrich, criando assim condições que dignifiquem a Freguesia e que sejam agradáveis aos seus residentes. A pedido de um elemento da Bancada do Partido Social Democrata, o Presidente deu a palavra a Manuel Bilreiro. -----

----- Bancada do Partido Social Democrata, Manuel Bilreiro, tomou a palavra dizendo que o próprio conhecia muito bem o problema do Bairro da Habitação Social, tendo passado por situações muito desagradáveis de ofensa e até mesmo ameaças à sua integridade física. No entanto, empenhou-se enquanto Presidente da Junta de Freguesia, em minimizar e tentar resolver situações de degradação das Habitações e melhorar um pouco a vida das pessoas que aí residiam. Mostrou alguma perplexidade com a comunicação do atual Presidente da Junta de Freguesia, quando o mesmo, diz não se rever nos moldes e procedimentos anteriormente aplicados, como tal, gostaria de saber efetivamente que tipo de ações e em que moldes pretende o Presidente da Junta de Freguesia realizar no Bairro de Habitação Social, evitando assim o abandono e degradação do parque habitacional. ----- O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, a fim de o mesmo poder dar resposta ao solicitado por Manuel Bilreiro. -----

Ezequiel Estrada, Presidente da Junta da Freguesia, dirigiu a sua palavra, dizendo que não passaria por uma transferência de verbas, simplesmente o mesmo não se reconhece nem se sentem vocacionado para orientar equipas para a construção. Referiu que o parque habitacional era propriedade da Câmara Municipal e nesse sentido era obrigação da Autarquia gerir e acautelar esse seu património. O que o preocupava, era o convívio dentro do Bairro, pois o mesmo é habitado por mais de cento e cinquenta indivíduos de etnia cigana e a gestão de conflitos nem sempre é fácil, sendo conhecedor que no referido Bairro existe tráfico de droga e de armas, provocando a instabilidade dos seus moradores e da população em geral. -----

O Presidente agradeceu a informação prestada, tendo dado de imediato a palavra a outro elemento do Partido Social Democrata, na pessoa de Rosa Pedro. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Rosa Pedro, cumprimentou os presentes e de imediato solicitou que fosse esclarecido, quanto ao que se encontrava escrito na página dez do documento em apreciação, no que se referia a uma despesa prevista de quatro mil euros, destinada a instalações desportivos e recreativas. Tendo o mesmo conhecimento que na



Freguesia existiam diversas instalações e equipamentos desportivos recentes, o mesmo gostaria, de saber para que fim se destinaria tal verba. Outra questão que gostaria de deixar para esclarecimento, referia-se a uma verba de três mil euros, destinada a “Cemitérios”. Tendo o mesmo conhecimento, que foram efetuadas obras recentes de beneficiação da Capela do Cemitério, o mesmo questionou se essa verba se destinaria à conclusão das obras, ou estaria previsto mais alguma obra a realizar no Cemitério do Entroncamento. ---- Para finalizar, questionou ainda sobre o que se encontrava inscrito nas páginas treze e catorze, no que se referia a “Plano Plurianual de Investimentos”, a sua questão prendia-se com uma formalização e enquadramento desse Plano no documento em apreciação como obrigatório, visto que, o mesmo no âmbito da despesa para o ano dois mil e catorze e dois mil e quinze se encontravam a zero. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. ----- Ezequiel Estrada, Presidente da Junta de Freguesia, começou por esclarecer o elemento da Bancada do Partido Social Democrata, dizendo que referente aos quatro mil euros inscritos na rúbrica instalações desportivas e recreativas, tem como objetivos a recuperação de alguns parques instalados na Freguesia, nomeadamente o Parque que se encontra em frente do Bairro Frederico Ulrich, o qual se encontra muito degradado, dando uma má imagem e privando as pessoas de um espaço de lazer e convívio. Quanto à questão sobre a verba destinada ao Cemitério, informou que efetivamente, a Capela carecia de obras de iluminação, colocação de janelas e pinturas interiores de acabamento, mas era sua intenção, juntamente com a Câmara Municipal proceder a uma requalificação com um empedrado nos cantões que poderão ser efetuados por diversas fases e em especial na entrada do Cemitério, o pavimento se encontra bastante degradado, e em tempo de chuva, tornando-se de difícil acesso e perigoso, em especial para as pessoas mais idosas. Terminou dizendo que quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, o mesmo é obrigatório fazer parte integrante do Orçamento, no entanto e para mais esclarecimentos, solicitou a autorização a todos os elementos para que o Técnico de Contas pudesse intervir prestando melhor informação. -----

O Presidente da Assembleia, aceitou o pedido formulado, dando a palavra ao Técnico de Contas da Junta de Freguesia, na pessoa de Hélder Santos. ----- Hélder Santos, tomou a palavra cumprimentando os presentes e informou que, tendo o Executivo tomado Posse em outubro e não havendo ainda verbas para inscrever nas rúbricas, terá de se proceder à sua inscrição no ano de dois mil e catorze, depois de serem



conhecidas mais concretamente as verbas sendo posteriormente efetuado a sua aplicação no referido Plano. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra, a Rosa Pedro, da Bancada do Partido Social Democrata, a pedido deste. -----

O elemento do Partido Social Democrata, questionou se o Executivo iria continuar a apoiar as Instituições de Ação Social, como era o caso da Conferência São Vicente de Paulo, ou se iriam os próprios assumir a valência Social no apoio a famílias carenciadas. -----

Após o Presidente da Assembleia de Freguesia ter dado a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, o mesmo informou, que a Junta de Freguesia não era insensível a situações de precariedade e carência das famílias da Freguesia. Para exemplo do que dizia, convidou os elementos representados na Assembleia, a estarem presentes na entrega de prendas de Natal a cinquenta e nove crianças carenciadas e quinze cabazes de Natal a famílias sinalizadas e carenciadas, ajudando assim a terem alimentos na mesa de Natal para dar às suas famílias. Quanto à questão se a Junta de Freguesia iria continuar a colaborar com a Conferência São Vicente de Paulo, o mesmo respondeu que estariam abertos a colaborar, conforme se encontra escrito, na Informação Escrita do Presidente. -----

O Presidente da Assembleia agradeceu os esclarecimentos efetuados pelo Presidente da Junta de Freguesia e passou de imediato a palavra ao elemento da Bancada da Coligação Democrática Unitária na pessoa de Marco Vieira. -----

Bancada da Coligação Democrática, Marco Vieira iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e informou que apesar de ter havido uma participação na elaboração do referido documento, a sua Bancada irá estar atenta ao longo do ano fiscalizando a sua execução. -----

O Presidente da Assembleia, deu a palavra à bancada do Partido Socialista, na pessoa de Manuel Gonçalves. -----

Bancada do Partido Socialista, Manuel Gonçalves, disse não terem qualquer observação a fazer ao referido documento e irão votar favoravelmente. -----

O Presidente da Assembleia deu de novo a palavra a um elemento da Bancada do Partido Social Democrata, na pessoa de Carlos Silva. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Carlos Silva disse que em relação ao documento em apreciação, a sua Bancada considerava que poderia ser melhor, no entanto e, dando o benefício da dúvida, a sua bancada iria se abster na sua votação. -----

O Presidente da Assembleia colocou o documento, Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano dois mil e catorze a votação. -----



O Presidente da Assembleia, informou os presentes que o Documento tinha sido aprovado por maioria com nove votos a favor e quatro abstenções, sendo seis votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor do Bloco de Esquerda e quatro abstenções do Partido Social Democrata. -----

O Presidente deu seguimento à sessão, passando de imediato ao Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto Quatro** – Apreciação e votação da Alteração do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças, para o ano de dois mil e catorze. -----

O Presidente da Assembleia, questionou os presentes se aceitavam a aprovação do Regulamento, juntamente com a Tabela de Taxas, tendo obtido a aprovação por unanimidade de todos os elementos. -----

Passando-se à discussão do referido Ponto, o Presidente deu a palavra às Bancadas sequencialmente a fim de as mesmas expressarem a sua opinião, Bancada do Partido Socialista, na pessoa de Pedro Luís. -----

Bancada do Partido Socialista, Pedro Luís, disse que por parte da sua Bancada, não tinham nada a acrescentar. -----

Bancada da Coligação Democrática, Marco Vieira, disse não ter nada a acrescentar na avaliação do documento. -----

Bancada do Bloco de Esquerda, Dália Rainho, declarou não terem nada a acrescentar. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Carlos Silva, disse que por parte da sua Bancada os mesmos iriam votar favoravelmente, no entanto, deixou um pedido, que se prendia com a possibilidade de juntamente com a Tabela de Taxas para o ano seguinte, pudesse ser facultado a Tabela de Taxas do ano anterior para que se pudesse fazer comparações. -----

O Presidente da Assembleia, após a audição de todas as Bancadas, passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, tomou a palavra acatando o solicitado pelo Deputado Carlos Silva e informou que com a experiência que adquiriu em anos anteriores, o que normalmente fazia alterar os valores da Tabela de Taxas, prendia-se com a inflação, ou ainda com situações excecionais, como era o caso a introdução de novas taxas indicadas pela Lei 75 de dois mil e treze, com a atribuição de novas competências às Freguesias. -----

O Presidente da Assembleia deu por encerrada a discussão do referido ponto, passado de imediato à sua votação. -----

Após a votação de todas as Bancadas, o Presidente da Assembleia, informou que o Ponto Quatro, tinha sido aprovado por unanimidade. -----



O Presidente da Assembleia passou ao Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto Cinco** – Apreciação do Mapa de Pessoal para dois mil e catorze. -----

O Presidente da Assembleia colocou à apreciação o referido documento, dando a palavra às Bancadas de modo sequencial. -----

Bancada do Bloco de Esquerda, Dália Rainho, informou não terem nada a acrescentar. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Carlos Silva, disse que a sua Bancada não tinha nada a opor.-----

Bancada do Partido Socialista, Maria Miguel, disse que por parte da sua Bancada, se congratulava, com a aprovação do referido Mapa, aproveitando assim para saudar o trabalho desenvolvido pelas funcionárias da Junta de Freguesia. -----

Bancada da Coligação Democrática Unitária, Marco Vieira, o mesmo disse não ter nada a acrescentar. -----

Terminada a apreciação do Ponto Cinco, o Presidente propôs que se passasse ao Ponto Seis da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto Seis** – Apreciação e votação do Contrato de Delegação de Competências e Acordo de Execução entre a Câmara Municipal do Entrancamento e a Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima. -----

O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao elemento da Bancada da Coligação Democrática Unitária, solicitando, que se manifestasse sobre o ponto em causa e sequencialmente as restantes Bancadas teriam a oportunidade de expor a sua apreciação.

Bancada da Coligação Democrática, Marco Vieira, tomando a palavra informou os presentes que a sua bancada iria proceder à votação em consonância com a votação tida pela Bancada da Coligação Democrática Unitária, com representatividade na Assembleia Municipal. -----

Bancada do Partido Socialista, Manuel Gonçalves, referindo-se ao documento em causa disse que em conformidade com a Lei 75/2013, a mesma permitia a Delegação de Competências entre os Órgão Autárquicos, como tal, era um documento que vinha dar um seguimento a um Protocolo existente, celebrado pelos Autarcas anteriores e que se encontrava a cessar. -----

Bancada do Partido Social Democrata, tomou a palavra Carlos Silva que gostaria de ser esclarecido quanto ao que se encontrava escrito na cláusula sétima, no ponto quatro, “ *O presente Contrato não é suscetível de revogação*”, questionou então, como seria se uma das partes quisesse anular o Contrato. Em sua opinião o ponto quatro não deveria de existir, salientando que no ponto três da mesma cláusula, está escrito, “*Poderão as partes*



resolver o presente contrato por incumprimento da contraparte". Terminou dizendo, propor que o ponto quatro fosse retirado do referido documento. -----

O Presidente da Assembleia deu de novo a palavra a um elemento da Bancada do Partido Social Democrata, na pessoa de Rosa Pedro. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Rosa Pedro, referindo-se à cláusula segunda, no capítulo dois, solicitou que fosse esclarecido quanto à questão que se prendia com a enumeração de algumas atividades a poderem ser desenvolvidas pela Freguesia e tendo em conta a realidade da Freguesia, nomeadamente, "*Gerir e assegurar a manutenção de Feiras e Mercados*" e "*Conservação, reparação e limpeza de Cemitérios*". Questionou se era intenção, desenvolver algum tipo de parceria com a Freguesia de São João Baptista, ou se apenas teria de constar simplesmente as atividades no documento em apreciação. O mesmo questionou se, as atividades assinaladas estariam apenas escritas em conformidade com a Lei, ou, faria parte das intenções do Executivo em desenvolver protocolos com o Município, dentro das atribuições estabelecidas por Lei. -----

O Presidente da Assembleia, passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, tomou a palavra para esclarecer as questões, relacionadas com o documento, dizendo que, o Contrato Delegação de Competências, tinha sido efetuado com base no anterior Protocolo, tendo sofrido algumas alterações devido à atual Lei 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o regime jurídico das autarquias locais. Disse ainda que o documento em causa, tinha sido aprovado em reunião do Executivo Municipal e em sede de Assembleia Municipal. Quanto à questão relacionada com Feiras e Mercados, tem como objetivo, prever situações em que através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, se possa colocar trabalhadores inseridos nos programas Contrato Emprego Inserção, a laborarem através da Junta de Freguesia nesses locais e os mesmos possam ser supervisionados pelos Encarregados da Câmara Municipal. -----

Terminou a sua intervenção, respondendo ao Deputado Carlos Silva, quanto ao ponto quatro da cláusula sétima, dizendo que o referido Contrato Delegação de Competências tinha como objetivo dar continuidade ao anterior Protocolo, em virtude de o mesmo se ter extinguido com a alteração de mandato, no entanto, existiam trabalhadores do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com contratos celebrados com o anterior Executivo e para o qual houve necessidade de ser dada continuidade até março de dois mil e catorze. Após o cumprimento desse contrato, se o Executivo atual entender não efetuar novos



contratos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o presente documento será extinto, sem prejuízo para ambas as partes. -----

A pedido do Deputado Carlos Silva, da Bancada do Partido Social Democrata, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao mesmo, o qual manifestou a intenção de voto por parte da sua Bancada em se abster, não pelo facto de não ter sido aceite a alteração do ponto quatro, que os mesmos consideravam-no desadequado no seu contexto, no entanto não era intenção da sua Bancada obstaculizar o trabalho a desenvolver pelas autarquias. ---

Bancada do Bloco de Esquerda, na pessoa de Dália Rainho, referindo-se à cláusula segunda, onde diz: “...a Junta de Freguesia compromete-se a exercer por delegações de competência com a Câmara Municipal nos termos da Lei este contrato de execução...”

depois diz que a Junta de Freguesia se iria ocupar com a limpeza das ruas sarjetas e espaços públicos da manutenção dos espaços verdes, a sua preocupação encontrava-se quanto ao bem-estar da população e relacionando-o com o problema da Ribeira de Santa Catarina, questionou se em conformidade com o presente Contrato de Delegação de Competências, estaria previsto alguma intenção para a resolução do problema em que se encontra a referida Ribeira. -----

O Presidente da Assembleia deu de novo a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, a fim de o mesmo esclarecer a questão da Deputada Dália Rainho. -----

O Presidente da Junta de Freguesia respondeu de imediato ser sua intenção acompanhar o desenvolvimento do projeto de requalificação já existente e que em virtude de implicar outro organismo, “Águas do Centro”, o mesmo não ter ainda avançado, o próprio comprometeu-se questionar a Câmara Municipal obtendo mais informação e numa próxima reunião de Assembleia poder prestar mais esclarecimentos sobre o assunto em causa e que também é sua preocupação. Em relação a águas estagnadas e situações que possam colocar em risco a saúde pública, o mesmo tinha em seu poder um levantamento fotográfico, que pretende apresentar à Câmara Municipal e juntamente com a autarquia colabora no que lhe for consentido. -----

Bancada do Partido Socialista, na pessoa de Pedro Luís, o mesmo salientou que em relação aos pontos apresentados, pelos Deputados da Bancada do Partido Social Democrata, os mesmos constam da Lei 75/2013 de 12 de setembro no seu artigo 134º, tendo o documento em apreciação sido elaborado nessa base e em conformidade com a Lei. -----

Depois de apreciado e explanado o documento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o mesmo. -----



Após a votação de todas as Bancadas, o Presidente da Assembleia, informou que o Ponto Seis, tinha sido aprovado por maioria, com sete abstenções, designadamente, quatro do Partido Social Democrata; duas do Bloco de Esquerda; uma da Coligação Democrática Unitária e seis votos a favor, do Partido Socialista. -----

----- **Ponto Sete** – Apreciação e votação à Alteração da Celebração da Data de Aniversário da Freguesia. -----

O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, o qual transmitiu, que apesar de ser do conhecimento de todos mediante a informação escrita do Presidente, iria acrescentar, que a data tinha sido analisada e discutida em reunião de Executivo em treze de dezembro de dois mil e treze e que após uma análise às datas relativas a criação da Freguesia, foram unânimes na escolha que apresentavam à Assembleia. -----

Informou ainda que aquando da tomada de posse do atual Executivo, a quinze de outubro de dois mil e treze, estava-se a uma semana sensivelmente da comemoração do aniversário da Junta de Freguesia, a vinte e três de outubro, data escolhida no mandato de dois mil e cinco a dois mil e nove, a qual coincidia com a tomada de posse do primeiro Executivo da Freguesia Nossa Senhora de Fátima. Foi levado em consideração e assinalado o dia relativamente ao aniversário, no entanto não tinha sido celebrado condignamente por falta de tempo útil para a elaboração do mesmo. -----

Após a leitura de um extrato da ata número oito da reunião do Executivo de dois mil e oito, onde constavam as várias datas que assinalaram a criação da Freguesia, o mesmo mostrou a sua contestação por a data escolhida não marcar a criação da Freguesia mas sim, a tomada de posse da Junta de Freguesia. Na sua opinião o aniversário deve ser um marco da Freguesia e não deve refletir um acto da Junta de Freguesia. Salientou ainda, que a data escolhida não tinha sido ratificada em sede de Assembleia de Freguesia. -----

Tendo o mesmo considerado, descartar a data de um de julho, em virtude de ter sido a data escolhida pela Freguesia de São João Baptista, restaria as outras datas, tendo o Executivo atual, considerado a data de trinta e um de julho, a mesma que tinha promulgado a criação da Freguesia. Neste sentido, encontra-se em apreciação a proposta apresentada nesta Assembleia, para que a mesma possa ser discutida e votada em consciência por todos os seus membros. O Presidente comunicou, que caso a Assembleia tivesse uma data diferente, estaria aberto a outras sugestões, desde que a data seja fundamentada e aprovada pela maioria. -----



O Presidente da Assembleia colocou à discussão a proposta apresentada, dando de imediato a palavra à Bancada do Partido Social Democrata e seguidamente a todas as Bancadas sequencialmente. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Carlos Silva concordou com a opinião expressada pelo Presidente da Junta de Freguesia, no entanto a sua Bancada sugeria, que não sendo um assunto urgente, o mesmo pudesse ser retirado do ponto da Ordem de Trabalhos e posteriormente em reunião informal discutirem e acordarem uma data que fosse consensualizada. -----

O Presidente da Assembleia agradeceu a participação e sugestão dizendo que o diálogo para atingir o fim é sempre importante, no entanto iriam continuar a discussão auscultando as opiniões dos restantes membros, passando a palavra à Bancada do Bloco de Esquerda. – Bancada do Bloco de Esquerda, Dália Rainho disse não sentir necessidade de se adiar o assunto em causa, visto não ser um assunto polémico e porque da sua parte nada tinha a opor-se à data apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia. -----

Bancada da Coligação Democrática Unitária, Marco Vieira disse concordar com a data proposta, no entanto se o Presidente da Assembleia de Freguesia pretender colocar à votação a proposta do deputado Carlos Silva, o mesmo estará recetivo. -----

Bancada do Partido Socialista, Manuel Gonçalves disse que por parte da sua Bancada tinham escolhido a referida data, como tal nada mais teriam a acrescentar. -----

O Presidente após ter ouvido as Bancadas com representatividade na Assembleia, considerou que em parte era consensual, quanto à proposta da data de aniversário, não ser adiada para uma próxima reunião, como tal iria colocar à votação a Proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia, sendo a data de aniversário escolhida, o dia trinta e um de julho. -----

Após a votação de todos os elementos, o Ponto Sete foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Oito** – Instituição Bancária Zona Norte, Balcão de Atendimento. -----

Dando seguimento à reunião o Presidente da Assembleia de Freguesia, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, informou que o documento que todos os elementos tinham em seu poder, tinha sido elaborado pela Junta de Freguesia e tinha tido como base o descontentamento e a reclamação oral, por parte de vários cidadãos residentes na Freguesia e os quais se sentiram espoliados aquando do encerramento do balcão e a retirada das caixas multibanco da Instituição Bancária da Caixa Geral de Depósitos, existente na Freguesia e que servia cerca de quatro mil contas. Disse ainda que no



momento atual, a Freguesia estava dotada de apenas uma caixa multibanco, com acesso vinte e quatro horas por dia e mais duas caixas multibanco em espaços comerciais em regime de horário fechado. Tendo em conta, as características da Freguesia em termos de equipamentos institucionais e com cerca de quinze mil habitantes, dos quais dez mil são eleitores, é constrangedor não haver uma instituição bancária para servir a população, tendo os cidadãos que se deslocar à Freguesia de São João Baptista para gerirem as suas contas bancárias. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, assumiu a responsabilidade em tentar, em concertação com a Assembleia de Freguesia e dando conhecimento às Entidades referenciadas no documento, interceder junto da Gerência da Caixa Geral de Depósitos, a reabertura de um balcão ou pelo menos, a possibilidade da instalação na Freguesia de uma caixa multibanco. Era nesse sentido, que a Junta de Freguesia, apela à Assembleia de Freguesia uma votação favorável, com o intuito de reforçar o pedido apresentado. -----

Após a explanação apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia, o Presidente da Assembleia, deu a palavra aos elementos das Bancadas com representatividade na Assembleia, tendo iniciado por dar a palavra à bancada do Partido Socialista. -----

Bancada do Partido Socialista, Manuel Gonçalves, disse não ter nada acrescentar. -----

Bancada da Coligação Democrática Unitária, Marco Vieira disse que o mesmo partilha a mesma preocupação que o Presidente da Junta de Freguesia e nesse caso encontra-se completamente de acordo em subscrever o documento apresentado. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Carlos Silva, disse que a sua bancada encontrava-se em completa sintonia com as preocupações apresentadas pelo Presidente da Junta de Freguesia. -----

Bancada do Bloco de Esquerda, Pedro Santos, disse estarem em total acordo com a intenção exposta no documento, lamentando a falha exercida por parte da Caixa Geral de Depósitos, na deslocação do balcão para a zona sul do Concelho. -----

O Presidente da Assembleia agradeceu a participação das bancadas e colocou de imediato à votação o Documento, referido no Ponto Oito, o qual foi **aprovado por unanimidade**. ---

O Presidente da Assembleia, passou ao Ponto Nove da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto Nove** – Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda, referente à reparação da Rua do Chafariz. -----

O Presidente da Assembleia, informou que o referido ponto tinha sido introduzido na Ordem de Trabalhos a pedido do Bloco de Esquerda, solicitando aos mesmos que tomassem a palavra. -----



Bancada do Bloco de Esquerda, Pedro Santos, tomou a palavra dizendo que a Rua em causa era uma via um pouco esquecida e problemática, conforme o exposto no documento em apreciação, a circulação é efetuada com muita dificuldade, por falta de passeios, bermas degradadas e sem asfalto, carros estacionados, dificultando a circulação nos dois sentidos, alertou ainda que por todos esses motivos estaria em causa o bem-estar e segurança dos utilizadores dessa rua. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Carlos Silva disse em nome da sua Bancada estarem completamente de acordo com a Proposta apresentada. -----

Bancada da Coligação Democrática Unitária, Marco Vieira disse não ter nada a declarar. –

Bancada do Partido Socialista, Maria Miguel tomou a palavra dizendo que a sua Bancada iria votar favoravelmente. -----

O Presidente da Assembleia, tomou a palavra dizendo que após a intervenção de todas as Bancadas, iria colocar o ponto nove à votação. -----

Após a votação de todas as Bancadas, o Presidente da Assembleia, informou que o Ponto Nove tinha sido aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia, passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto Dez** – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima. -----

O Deputado do Partido Social Democrata, Manuel Bilreiro disse ter ficado surpreendido, pelo trabalho de recuperação do Chafariz do Largo 24 de Novembro, pelo facto de o Presidente da Junta ter colocado as fotos na sua informação como um ato de valorização pessoal. No passado o próprio e o Executivo cessante, recuperaram o telhado do edifício onde se encontra a Associação Filarmónica, pintaram e colocaram uma porta de segurança e nunca foi sua intenção valorizar-se. Acrescentou que o Presidente atual, terá ainda muitas obras para fazer e desejou muito sucesso à Junta de Freguesia no desempenho das suas funções. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra a outro elemento da Bancada do Partido Social Democrata. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Carlos Silva mostrou interesse em ser esclarecido pelo Presidente da Junta de Freguesia, no que se refere ao Ponto um, Ação Social, onde estava escrito: “*Providenciou a entrega direta de géneros alimentícios*”, tendo o mesmo conhecimento que existindo instituições sinalizadas para efetuar uma triagem das necessidades das famílias carenciadas, o mesmo gostaria de saber se a Junta de Freguesia tem assumido essa metodologia, se estaria capacitada com algum técnico da área social ou



qual o tipo de avaliação que era efetuada na atribuição direta desse ato social. -----

Continuando no uso da palavra, questionou sobre o ponto cinco onde constava ter entregue às Associações Desportivas e Culturais, materiais e géneros no valor de dez mil quatrocentos e vinte e dois euros. A sua dúvida existia no valor, se, teria sido uma atribuição dentro do mandato atual, ou se o mesmo era um valor correspondente ao ano civil. -----

Mencionando uma terceira questão, que se relacionava com a Habitação Social, referiu-se ao que se encontrava escrito: “... *entregando materiais de construção civil aos interessados que queiram proceder à sua aplicação*”, a questão que colocou seria no sentido, se o Presidente da Junta iria proceder a uma dádiva direta e se o mesmo iria ter meios para avaliar e verificar a aplicação dos materiais conforme tinham solicitado. -----

Para finalizar, mostrou a sua insatisfação, no empolar de uma obra, o Chafariz do Largo 24 de Novembro, referida pelo seu parceiro de bancada e ao modo como foi dado destaque de relevo, sendo que em sua opinião, a obra tinha merecido pouca alteração e as fotos não correspondiam ao mesmo ângulo de visão, tiradas antes e depois das pinturas efetuadas. Disse ainda, que todas as obras de requalificação serão benéficas para o Entroncamento.---

Referindo-se ao Ponto Dez da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia que usasse a palavra para que o mesmo prestasse os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, iniciou a sua intervenção respondendo às questões apresentadas pelo Deputado Carlos Silva, no que se referia à Ação Social, mais concretamente à Conferência de São Vicente de Paulo o que o mesmo disse é que não se revia nos moldes e articulação em que se desenvolvia a parceria entre o anterior Executivo e a referida Conferência. O mesmo disse não entender, por que razão a Conferência seria privilegiada com uma rúbrica própria em sede de Orçamento da Junta de Freguesia, considerou que a referida Instituição era muito válida e nada teria contra o seu trabalho, pelo contrário, estaria disposto a trabalhar em parceria com a mesma, só que em moldes diferentes. Informou ainda que o Orçamento para dois mil e catorze não tinha a rúbrica dotada em nome da Conferência, mas existiam outras rúbricas de cariz social, que estariam dotadas para apoiar situações pertinentes e de apoio social, inclusive a Conferência de São Vicente de Paulo. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, referindo-se ainda à entrega direta de géneros alimentícios a famílias carenciadas, informou que a mesma tinha sido com a participação da Conferência de São Vicente de Paulo, os quais tinham sinalizado famílias e indicado à



Junta de Freguesia a qual prestou nesse sentido o apoio necessário. Quanto ao pagamento de medicamentos, a Junta de Freguesia em reunião com os responsáveis da Conferência, tomou conhecimento das pessoas carenciadas da Freguesia as quais eram apoiadas pela mesma instituição, passando a assumir a responsabilidade a Junta de Freguesia de efetuar uma parceria com uma Farmácia local e, desse modo encaminhar as pessoas sinalizadas e outras que esporadicamente necessitem, para a referida Farmácia, assumindo a Junta de Freguesia mensalmente o pagamento orçamentado e estipulado de medicamentos. -----

Quanto ao ponto cinco, Associações Desportivas e Culturais, respondeu o Presidente da Junta de Freguesia, que o valor correspondia à atribuição anual de dois mil e treze, tendo o seu Executivo dado continuidade às atribuições deliberadas pelo anterior Executivo. -----

No que se referia à Habitação Social e ainda respondendo à questão levantada pelo deputado Carlos Silva, disse apenas que se encontrava a concluir pedidos pendentes deixados pelo anterior Executivo, como era do conhecimento de todos, o mesmo não se revia na condição de “*chefe de obras*”, nem era conhecedor de trabalhos de construção civil. Informou que o trabalho do seu antecessor, era desenvolvido numa sequência, em que o arrendatário apresentava nos Serviços Sociais da Câmara Municipal um requerimento, solicitando as intervenções de reparação. Posteriormente os requerimentos eram enviados à Junta de Freguesia e as obras eram efetuadas ou não, conforme a urgência ou outro tipo de critério e mediante o orçamento mensal das transferências emanadas da Autarquia. Por fim era elaborado um relatório, a informar os Serviços Sociais, pelo trabalho executado e para justificar o dinheiro transferido da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia. Neste sentido e porque ficaram algumas situações pendentes, o próprio considerou que deveria terminar os casos pendentes, entregando os materiais aos arrendatários comprometendo-se o mesmo fiscalizar a obra depois de concluída. Informou ainda que as obras a realizar, dependiam do orçamento da Junta de Freguesia, em virtude de na presente data já não se registarem transferências por parte da Câmara Municipal, assumindo assim as despesas inerentes às referidas obras que se encontravam por concluir.

O Presidente continuou no uso da palavra referindo-se à pequena obra de requalificação do Chafariz do Largo 24 de Novembro, disse que efetivamente o Largo encontrava-se em muito mau estado de conservação e em virtude de se estar numa data memorável muito próximo, o dia do Concelho, vinte e quatro de novembro, e tendo o Executivo atual tomado posse a quinze de outubro, os mesmos acharam por bem dignificar um pouco mais o espaço que se relacionava com a referida data. Disse ainda que não entendia a atitude demonstrada pela Bancada do Partido Social Democrata, uma vez que o anterior Executivo



também tinha efetuado outras obras e que as salientou em sede de Assembleia de Freguesia, pensa que é salutar todo o tipo de trabalhos executados em prol do bem-estar dos cidadãos e da Freguesia, mesmo que sejam pequenos gestos e desde que os mesmos dignifiquem a Freguesia. Em seu entender, considerou que se deve dar destaque, para que a população entenda que a Junta de Freguesia está preocupada e pretende contribuir dentro dos possíveis para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Apelou ainda que ao contrário de ficarem incomodados com a situação deveriam estar unidos em prol de uma Freguesia melhor, para as pessoas. -----

A pedido da Bancada do Bloco de Esquerda, o Presidente da Assembleia deu a palavra à mesma, na pessoa de Pedro Santos. -----

Bancada do Bloco de Esquerda, Pedro Santos referindo-se ao documento em causa, disse que o mesmo se encontrava um pouco incompleto, questionou o Presidente da Junta de Freguesia, em que moldes e quais os critérios que o mesmo atribuía os materiais de construção, se o próprio era desconhecedor de como eram efetuadas as obras tendo o mesmo referido que não atribuía a todos, quem efetivamente iria receber os materiais? Disse ainda que sentia dúvidas quanto aos procedimentos utilizados. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, esclareceu o Deputado Pedro Santos, informando que os procedimentos e critérios usados, tinham sido efetuados consoante os pedidos efetuados por requerimento, junto dos Serviços Sociais e que não constava relatório de ter sido efetuado a obra solicitada, o que se pressupunha um trabalho pendente. Neste sentido, o mesmo assumiu a responsabilidade, com dinheiros do orçamento da Junta de Freguesia para concluir as situações pendentes deixadas pelo anterior Executivo, entregando os materiais a quem se comprometesse a efetuar ou mandar efetuar as referidas obras, tomando o próprio a iniciativa de fiscalizar as obras, verificando se o material estaria a ser aplicado e de que modos o estariam a aplicar. Esclareceu ainda, que apesar de não ser conhecedor, para os casos pontuais, o mesmo poderia contar com o apoio do Arquiteto e do Encarregado de Obras da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Carlos Silva, a seu pedido. -----

Bancada do Partido Social Democrata, Carlos Silva gostaria de apresentar quatro situações, a primeira seria para agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia o modo esclarecedor e objetivo, com que o mesmo respondeu às suas questões. Num segundo aspeto, referindo-se ao que havia sido dito pelo Presidente da Junta de Freguesia, “*em termos comparativos*” e dizendo que quando se atribui dez mil euros a instituições desportivas e seis mil e quatrocentos euros à Conferência São Vicente de Paulo, o mesmo



considerou não poder ser comparado nem confundido, pois o apoio social não pode ser comparado com instituições desportivas, que são necessárias e têm todo o mérito e que também fazem um trabalho social, no entanto não devem ser comparados em termos de apoio, pois o apoio social tem um maior peso, quando se trata de ajudar quem nada tem, em termos de sobrevivência. Uma terceira situação, e pedindo que o Presidente fizesse um exercício de honestidade, colocando-se no lugar de outro partido, qual teria sido a reação do mesmo, perante uma pequena obra de requalificação e a dimensão empolada que o mesmo criou, talvez tivesse tido a mesma reação. Para terminar passou à quarta e última questão, que se prendia com um pedido dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia e subscrito pela sua Bancada, os quais solicitavam que na próxima reunião o Presidente informasse a Assembleia de Freguesia qual era a situação financeira à data de catorze de outubro de dois mil e treze. -----

O Presidente da Assembleia, deu de novo a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. ---

O Presidente da Junta de Freguesia disse que em termos de responsabilização quanto ao cumprimento das atribuições estabelecidas, o seu Executivo teve em conta os compromissos assumidos pelo Executivo anterior. Não procederam em conformidade com os modelos aplicados anteriormente, mas cumpriram escrupulosamente com os valores e com os compromissos celebrados, conforme consta na Informação Escrita do Presidente. Acrescentou ainda, que em seu entender seria a melhor maneira de articular e colaborar com as instituições fazendo-se uma triagem para que não houvesse algum aproveitamento e duplicação na entrega e acompanhamento de famílias. Questionou ainda os presentes, se essa não seria uma maneira interessante de colaborar em articulação com as instituições, na resolução de questões de apoio, os métodos poderiam não ser os mesmos, mas os efeitos poderão ser melhores ou superiores. -----

O Presidente da Assembleia a pedido da Bancada da Coligação Democrático Unitária deu a palavra ao Deputado Marco Vieira. -----

Bancada da Coligação Democrática Unitária, Marco Vieira concluiu dizendo que não deveria haver comparações, o Partido Social Democrata no anterior Executivo considerava ser mais fácil a passagem de um cheque, do que efetuar a gestão das atribuições. Atualmente o Presidente da Junta de Freguesia e o seu Executivo optaram por ser os mesmos a gerir as atribuições, neste sentido respeita a opção e considera legítimo tal procedimento. -----

O Presidente da Assembleia agradeceu a prestação de todos os elementos na discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos e para finalizar propôs a aprovação da ata em minuta, nos



termos dos números 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei 75/2013, 12 de setembro, a fim de a mesma produzir efeitos imediatos, o que foi aprovado por unanimidade.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião à uma hora e dez minutos. Para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelo Presidente e por mim, Jacinta de Fátima Ferreira Pinheiro, Assistente Técnica, que a lavrei. -----

João Manuel Costa Almeida
Jacinta de Fátima Ferreira Pinheiro